

Um estudo socioterritorial sobre as políticas públicas de cultura para a juventude em Fortaleza

A socio-territorial study on the public Policies of culture for youth in Fortaleza

Rachel Facundo Vasconcelos¹

1. Graduada em Geografia (UECE) e em Publicidade e Propaganda (UNIFOR), Mestre em Geografia (UECE), Professora da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e da Faculdade Latino Americana da Educação (FLATED). rachel_facundo@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo consiste em analisar e compreender como se deu, a partir da criação de um Centro Urbano de Cultura Ciência, Arte Esporte (Cuca Barra do Ceará), construído na periferia leste de Fortaleza, a efetivação de uma política pública de cultura voltada para a juventude. Alocado na Barra do Ceará, o bairro tem o maior número de jovens na cidade. Esse equipamento configura-se como uma forma de garantir o direito à cidade para a sua população, por meio do acesso e da difusão da cultura para os jovens fortalezenses, pois a juventude na capital cearense constitui parcela relevante de sua população. Durante muitos anos, as políticas públicas de cultura foram negligenciadas, principalmente aquelas voltadas para os mais pobres, que se encontravam em situação de risco ou de vulnerabilidade social. Portanto, não tinham um local, onde pudessem ter uma formação, além da proporcionada pelas escolas regulares.

Palavras-chave: Política Pública. Cultura. Juventude.

Abstract: This article is to analyze and understand how it came from the creation of a Urban Center of Culture Science, Sports Art (CUCA BARRA DO CEARÁ), built on the eastern outskirts of Fortaleza, the effectiveness of a public policy culture focused on youth. Allocated in Barra do Ceará, the district has the highest number of young people in the city. This equipment is configured as a way of ensuring the right to the city for its people, through access and dissemination of culture for fortalezenses youth because youth in Fortaleza is a relevant part of its population. For many years, public policies of culture have been neglected, especially those targeting the poorest, who were in a situation of risk or social vulnerability. Therefore, did not have a place where they could have training, beyond that provided by regular schools.

Keywords: Public Policy. Culture. Youth.

Introdução

O Brasil é um país com uma quantidade expressiva de jovens que, durante muitos anos, foram negligenciados pela ausência de ações e políticas voltadas para esse segmento populacional. Assim, ao analisarmos os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2010), verificamos quanto é elevando o número de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos no Brasil, ultrapassando os 50 milhões, ou seja, cerca de um quarto da população total. Ao consultarmos a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- Pnad (2012), constatamos que o número de jovens entre 15 a 29 anos que não estudava e nem trabalhava chegou aos 9,6 milhões, isso representa 19,6% da população jovem do país.

Nesse contexto, o Nordeste, segundo os dados da Pnad seria a região brasileira onde há o maior número de jovens que nem trabalham, nem estudam, os chamados pela mídia de “nem-nem”, atingindo um percentual no entorno de 23,9%. Na região Norte, chega-se a 21,9%, enquanto que nas regiões Sudeste, 18,1%; Centro-oeste 17,4% e Sul 15%.

Quanto à capital cearense, o Censo Demográfico de 2010, informa-nos um número de jovens de 718.613 pessoas (grupo etário de 15 a 29 anos de idade), correspondendo 29,3% de toda a sua população. E em relação à população fortalezense, teríamos 28,8% do total de jovens de todo o estado do Ceará.

Diante desses dados, observamos como é importante a construção e efetivação de uma política pública de cultura voltada para a população jovem que, de alguma forma, se encontra ociosa. Assim, o foco do nosso estudo se concentra na criação de uma política pública voltada para esse segmento da população, ou seja, de um centro sociocultural que disponibiliza aos jovens o acesso a cursos e esportes variados e gratuitos, como forma de “emancipação humana”, como uma formação que vai além da escola regular. E, ainda, por meio desse equipamento, o poder público efetiva ações políticas que consideram as questões enfrentadas pelos jovens na atualidade, os seus anseios e dificuldades, além da linguagem, símbolos, identidades assumidas por eles. Como são os “rolezinhos” nos *shoppings*, a prática do grafite, a gravidez na adolescência, o desemprego, a violência e outros temas que permeiam esse público.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o papel do Centro Urbano de Cultura, Artes, Ciências - Cuca Barra, localizado na periferia de Fortaleza, como resultante de uma política pública de cultura voltada para a juventude, como uma forma de propiciar o direito à cidade para os jovens, por meio do acesso e da difusão de bens culturais. Tem-se como intuito, ainda, compreender como esse equipamento funciona, quais os seus aspectos mais relevantes e de que modo consegue se efetivar como uma política pública, apreendendo-se, ao mesmo tempo, a relação que estabelece com o espaço urbano.

A ideia de política, segundo alguns teóricos, como Argan (1992) e Bobbio (2000), é a de que a mesma teria se originado na Grécia clássica e, foi concebida em um período da história humana no qual o pensar o mítico era pensar de modo racional.

Sendo assim, o surgimento da *polis* (Cidade-Estado) teria sido um dos elementos determinantes para que a política fosse instituída pelo mundo grego, e, desta forma, nas cidades, surgissem a grande preocupação em como administrar a *polis*. O aparecimento da política na sociedade grega surgiu de maneira complexa pelos ideais de homens e de sociedades cogitada pelos filósofos. (ARGAN, 1992).

A política como ciência aborda a forma e atuação de um governo em relação a determinados temas sociais e econômicos de interesse da população, como: política educacional, política social, política cultural, política habitacional, política ambiental, etc.

As ações políticas ocorrem em forma de sistema, em que as instituições políticas se unem para gerir uma nação. São exemplos desses sistemas: Monarquia, Democracia, Parlamentarismo e República, todos são sistemas políticos tradicionais. E cada país tem uma forma de conduzir esses sistemas de ações políticas que pensam no coletivo, na população.

Norberto Bobbio (2000) foi um dos grandes estudiosos da teoria política e de seus conceitos. Ele discorre sobre como, ao longo do tempo, o termo política deixou de possuir um sentido de adjetivo (aquilo que é da cidade, sociedade) e passou a ser um modo de “saber lidar” com as coisas da cidade, da sociedade. Assim, fazer política pode estar ligado às ações de governo e de administração do Estado. Por outro lado, também diz respeito à forma como a sociedade civil se relaciona com o próprio Estado.

A política pode ser entendida como uma prática humana ligada ao conceito de poder, pois a sua atuação estaria ligada às relações e às produções de um poder que pode ser: ideológico, simbólico, econômico e coercitivo e ocorre de um sujeito em relação a outro. Vejamos o que Bobbio (2000) nos mostra na citação:

O poder político, enfim, funda-se sobre a posse dos instrumentos através dos quais se exerce a força física (armas de todo tipo e grau): é o poder coativo no sentido mais estrito da palavra. [...] que não é apenas o uso da força, mas sim seu monopólio, sua exclusividade, que tem o consentimento da sociedade organizada. Em outras palavras, será uma exclusividade de poder que pode ser exercida sobre um determinado grupo social, em determinado território (p. 163).

O poder estaria ligado à ideia de posse dos meios para se obter vantagem (ou para fazer valer a vontade) de um homem sobre outros. Assim, o poder político diria respeito ao poder que um homem pode exercer sobre outros, a exemplo da relação entre governante e governados (povo, sociedade). Contudo, ao falar em poder político, é preciso pensar em sua legitimação. Podemos ter poderes políticos legitimados vários motivos, como pela tradição (poder de pai, paternalista), despótico (autoritário, exercido um rei, uma ditadura) ou aquele que é dado pelo consenso, sendo este último um modelo de governo

esperado. O poder exercido pelo governante em uma democracia, por exemplo, dá-se pelo consenso do povo, da sociedade. No caso brasileiro, o poder da presidenta é garantido que existe um consenso da sociedade que o autoriza e, além disso, há uma Constituição Federal que formaliza e dá garantias a esse consenso (p. 160).

A política encontra no Estado uma forma de legitimar suas atuações pela força que adquire e que lhe é imposta, entendendo-se, assim, que o poder é uma construção. Vários países atuam dessa maneira, o caso do Brasil é um exemplo em que a formulação de uma constituição federal é que dá o direcionamento das ações que o governo deve praticar na sociedade.

Bobbio (2000) nos leva a refletir sobre como o Estado, para se constituir, precisa de vários aparatos, como: família, escola, igreja, judiciário, partidos políticos, sindicatos e outros. Todos esses mecanismos atuam junto com o Estado para controlar a sociedade fazendo, assim, com que sejam cumpridos os deveres e direitos definidos por eles para a população. O cumprimento dessas obrigações e responsabilidades ocorrem utilizando-se o poder político, como podemos compreender de uma melhor forma, por meio da citação a seguir.

O poder político, enfim, funda-se sobre a posse dos instrumentos através dos quais se exerce a força física (armas de todo tipo e grau): é o poder coativo no sentido mais estrito da palavra. [...] que não é apenas o uso da força, mas sim seu monopólio, sua exclusividade, que tem o consentimento da sociedade organizada. Em outras palavras, será uma exclusividade de poder que pode ser exercida sobre um determinado grupo social, em determinado território (p. 163).

Outro autor que também trata sobre o poder e a política, como um “Campo” que seria um microcosmo social usado para dominação da sociedade, é Bourdieu que, conforme apreende-se na citação:

O próprio poder político é entendido como uma probabilidade, assente numa crença. Afirmam, de fato, que “o fundamento de toda a dominação, conseguinte, de toda a obediência, é uma crença: crença no “prestígio” do

que manda ou dos que mandam”, transformando, desde então, a legitimidade numa probabilidade associada [...]. (2011, p. 197).

Bobbio (2000) nos adverte, também, sobre o fato de que toda ação política possui uma finalidade ou intencionalidade, e que essas práticas não ocorrem de maneira gratuita, podendo se resumir em apenas um aspecto, pois “[...] os fins da política são tantos quantas forem as metas a que um grupo organizado se propõe, segundo os tempos e as circunstâncias.” [...] (P. 167). Esse aspecto, por fim, pode estar ligado à coerção e à punição do Estado tanto pela força como pela manutenção da ordem pública e a defesa da integridade nacional.

Na compreensão do conceito de política, deve-se analisar que a filosofia política moderna entende que aquilo que é político não concorda essencialmente com o social, pois, ao longo da história, as outras esferas da vida foram se separando do Estado, responsável pela ordem social. Por tanto, o processo de emancipação da sociedade e a concepção de seu “funcionamento”, que não se utiliza da presença do Estado, poderia levar ao “fim” da política enquanto ação coercitiva para coesão social. Com outras palavras, se a sociedade conseguisse manter sua ordem sem o poder político (uso da força), ela não necessitaria mais do Estado.

Assim, fazem-se necessárias ações de caráter público para atender as principais necessidades da sociedade, por meio de políticas, direcionadas ao planejamento de cada setor da sociedade.

Uma discussão sobre políticas públicas

Neste tópico, fazemos um breve diálogo sobre o que seria uma política pública voltada à promoção de ações culturais, que se propõem a possibilitar a “construção da cidadania ou a “emancipação humana” dos jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade ou risco social.

Sabemos que o tema é de grande complexidade, uma vez que entra no campo da disputa das diferenças internas em nossa cultura, e da ação política que acaba sendo alvo de debate, gerando diferentes posições entre aqueles que se ocupam dessa temática.

Assim, cada contexto nos revela que não podemos homogeneizar e que todos os sujeitos pensam e dominam os assuntos da mesma forma, pois existe uma correlação de forças que atua sobre esses sujeitos, impondo e levando à resistência. Por isso seja tão difícil pensar em ações políticas de cunho cultural que tentem abarcar toda uma realidade social, a exemplo de nosso objeto de estudo, o Cuca Barra, que no caso realiza atividades dos jovens da cidade de Fortaleza.

Mas, isso não significa que não devemos deixar de levar em conta que os interesses públicos se misturem com o interesse de todos, como uma questão universal em si mesmo. Uma vez que para a tomada de posturas para a criação e desenvolvimento de políticas sociais se faz necessárias ações tanto parte dos atores sociais, como dos governantes.

Esmiuçando os termos “política” e “política pública”, cabe salientar, que eles remetem à participação do indivíduo, que é livre nas suas decisões sobre os direcionamentos da cidade, enquanto que a palavra pública é de origem latina, significa povo, do povo.

Assim, para autores como Oliveira, Pizzio e França (2010) “política pública, do ponto de vista etimológico, refere-se à participação do povo nas decisões da cidade e do território [...]” (p.34), cuja importância dos agentes sociais, compreendida neste texto como o Estado, sempre foi fundamental no surgimento da política pública.

No debate da sociedade contemporânea, o conceito de políticas públicas nos suscita as questões sobre as condições democráticas em todo o mundo, revelando quais são as “acomodações” institucionais dos governos para com a instituição em vários âmbitos de governabilidade de modo estável, sejam elas nas esferas regional, estadual ou municipal. (OLIVEIRA, PIZZIO, FRANÇA, 2010).

Procuramos estabelecer uma distinção entre política e políticas públicas, que é um dos motes de nosso trabalho. Desse modo, política pública é “tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões” (AZEVEDO, 2003, *apud* OLIVEIRA, PIZZIO, FRANÇA 2010, p.47). Mas ficando contrário e crítico a esse conceito que nos foi apresentado, entendemos que a sociedade civil, ou melhor, o povo, nem sempre ele é

o realizador, nem muito menos é o agente que coloca em prática as políticas públicas, sendo que ele também pode ser um agente produtor de política que será efetivada e aceita pela sociedade.

Dentro do jogo de se fazer uma diferenciação entre política e política pública, citamos o autor Foucault (1979 *apud* OLIVEIRA, PIZZIO, FRANÇA, 2010), que afirmou: “todas as pessoas fazem política, todos os dias, e até consigo mesmas!” (p. 49). Assim, perante os conflitos, as pessoas necessitam tomar decisões agregadas de interesses e subjetividades; em vários níveis, sejam eles econômico, étnico, de gênero, culturais, religiosos, etc. O que pode favorecer aos interesses do grupo ou organização social, que juntos têm mais poder para fazer solicitações e reivindicações ao governo.

Segundo ainda Oliveira, Pizzio e França (2010), temos três tipos de políticas públicas: as redistributivas, as distributivas e as regulatórias. As políticas públicas redistributivas versam sobre a redistribuição de “renda na forma de recursos e/ou de financiamento de equipamentos e serviços públicos.” (P.32). São exemplos desse tipo de política os programas: bolsa-família, cesta básica e outros, que foram concebidos como forma de redução das desigualdades sociais, enquanto que as políticas públicas distributivas implicam em ações cotidianas que todo e qualquer governo precisa fazer.

Essas ações dizem respeito à oferta de equipamentos e serviços públicos. São exemplos as podas de árvores, os reparos em uma creche, dentre outros. O seu financiamento ocorre por meio da sociedade como um todo e do orçamento geral do Estado.

Por fim, as políticas públicas regulatórias consistem na elaboração das leis, que autorizam os governos a realizarem ou não, determinadas políticas públicas regulatórias, que estão no âmbito de elaboração do poder legislativo.

De acordo com Carlos (2011), os sujeitos se envolvem em dois planos que seriam o espaço privado, que está mais ligado à habitação, e o coletivo, ou seja, a sociedade que se constitui em espaços mais amplos e complexos entendidos, como espaços públicos. No caso de nossa pesquisa, esse espaço é o urbano, pois é onde as relações ganham sentido e objetivo. Ainda, para a autora, o espaço público/ espaço privado entram em contradição, quando criam hierarquias sociais que acabam diferenciando na escolha dos acessos aos lugares da cidade

contemporânea, a partir de determinadas classes, pois os lugares acabam tendo valores simbólicos, que não são necessariamente compreendidos como identidade todos (CARLOS, 2011).

A criação de centros de cultura não deixa de ser uma forma de produção da cidade dentro do espaço urbano. Carlos (2011) denomina as mudanças do “espaço do consumo” para o “consumo do espaço”, em que além dos valores simbólicos fetichizados, ainda temos a mediação pelo valor de troca que é submetido à lógica de que todos os indivíduos devem estar consumindo e produzindo todo tempo, caso contrário nem cidadãos serão. Por isso faz com que haja a espetacularização, que leva a um tipo de consciência alienada.

Assim, o espaço da cidade é alvo de várias contradições, de (re) criação de signos urbanos da vida moderna, que acabam sendo reproduzidas pelas relações sociais, de maneira que são construídas pelo cotidiano, sendo, muitas vezes, a implementação de Centros Culturais uma forma de barreira “virtual” de contenção de uma população mantendo seus membros no seu local indicado, no caso, a periferia. E, ainda, como forma de diminuir ou até mesmo “maquiar” as desigualdades sociais postas no território. O Estado é o organizador dessa política, ele o faz com que apareça um espaço institucionalizado.

Desse modo, entendemos que não se pode conter o crescimento e as mudanças dentro da cidade, sem considerarmos as pessoas que se relacionam com ela. Assim, uma ação, um programa um plano para uma cidade deve perpassar todas essas questões, conseguindo ser dinâmica e dar conta mais próximo possível da realidade, para que assim, possa se reinventar a todo o tempo de maneira dialética e em espiral, de modo fazer valer o seu “Direito à Cidade”, como algo destinado a todos que a compõem, tendo a cultura um papel que ultrapassa essa condição da existência humana dentro da cidade.

Políticas de cultura e políticas públicas de cultura no Brasil

Para um entendimento maior de nossa problemática de estudo faz-se necessário discorrermos sobre o papel desempenhado pela Política Cultural atuante em nosso país e, mais especificamente, no caso dos centros urbanos. Como comentado no tópico anterior, a expressão “política pública” possui diversas conotações, porém sua obrigação principal, que é de responsabilidade

dos órgãos governamentais, é proporcionar uma maior possibilidade de viabilizar a integração e acesso às ações culturais voltadas para os cidadãos.

Assim, compreendemos que a Cultura é um direito garantido por lei e como tal, é bem mais do que uma atividade para obtenção de renda, ou apenas uma mera forma de legado para a população futura, pois sabemos que muitas vezes a cultura passa a ser usada como forma turística, visando apenas aspectos econômicos como a geração de emprego.

Na citação a seguir, podemos perceber o papel do Estado em relação à cultura e à sua produção.

No Estado democrático, o papel do Estado no âmbito da cultura, não é produzir cultura, dizer o que ela deve ser, dirigi-la, conduzi-la, mas sim formular políticas públicas de cultura que a tornem acessível, divulgando-a, fomentando-a, como também políticas de cultura que possam prover meios de produzi-la, pois a democracia pressupõe que o cidadão possa expressar sua visão de mundo em todos os sentidos. Assim, se de um lado se rechaçam as iniciativas que favorecem a “cultura oficial”, a imposição de uma visão monopolizada pelo Estado do que deva ser cultura brasileira, outro, não se pode eximir o Estado de prover esse direito social, de estimular e animar o processo cultural, de incentivar a produção cultural, sem interferir no processo de criação, e preservar seu patrimônio móvel e imóvel (SIMIS, 2001, p.03).

A cultura de um povo pode se constituir como uma forma de resistência às questões e às problemáticas sociais postas no decorrer dos anos. Outra forma seria de cunho mais individual, levando em conta os conhecimentos e as concepções dos sujeitos que formam determinados grupos sociais. Assim, a criação de centros culturais, por parte de políticas provenientes do Estado, é uma forma de amenizar as disparidades e problemáticas sociais em determinados espaço e tempo.

As conjecturas políticas apresentadas nos despertaram o interesse em conhecer melhor como funciona um centro cultural e social, no caso o Cuca Barra, que é voltado para a juventude da periferia da cidade de Fortaleza, considerada, como a sétima cidade mais perigosa do mundo, segundo uma pesquisa

internacional realizada pela Organização das Nações Unidas sobre a violência dos países¹. Os investimentos na criação de centros como esse representa uma forma de diminuir os índices de vulnerabilidade e até marginalidade que a cidade possui. Esse aspecto será melhor explorado no próximo capítulo, em que trataremos sobre a relação da juventude com a cidade e as suas vulnerabilidades.

Assim, compreendemos que, durante muitos anos, a cultura que era disseminada pelo Estado, principalmente no Brasil, não era aquela que valorizava o diletantismo, mas que tinha o intuito prático de formação e qualificação profissional como sendo uma contribuição para o desenvolvimento da cidadania de um povo. Logo, essa forma de concepção de cultura disseminada tinha uma finalidade de criar mecanismos para a produção de cultura, para poder criar também um sentimento de preservação dos patrimônios móveis e imóveis, que são muitas vezes (re) significados, por outras ações políticas. Mas, a cultura que defendemos nesta pesquisa faz parte de uma construção social de vários elementos que em conjunto formam a difusão de política cultural ampla para toda sociedade.

As Políticas Públicas de Cultura são ações desenvolvidas pelo Estado e que ocorrem em vários países de acordo com o planejamento urbano e social, que cada um tem nessa área. As políticas culturais foram pensadas e sistematizadas principalmente, a partir dos anos 50 no desenvolvimento das cidades modernas.

Para compreendermos um pouco melhor como ocorrem as políticas públicas de cultura faz-se imprescindível um breve histórico dos fatos que ocorreram no Brasil, a respeito da implementação de políticas públicas de cultura. Considera-se que tudo é ainda muito recente, pois até a Era Vargas, iniciada nos de 1930, o que se tinha, fazendo um leve paralelo com o período da República Velha, era uma cultura muito mais voltada para as oligarquias que patrocinavam os literatos que escreviam para as classes mais abastadas da sociedade brasileira.

1. Estudo da ONU afirma que Fortaleza aparece como a 7ª cidade mais violenta do mundo e a 2ª do Brasil (2013). Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano>. Matéria do dia 11/04/2014.

A autora Capelato (2003) nos faz uma breve explanação sobre a relação das ações culturais desenvolvidas no Estado Novo para a sociedade na área cultural. Conforme a citação que segue:

A produção artística cultural engajada ficou a cargo do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, responsável pela orientação cultural do período. A política cultural do Varguista foi coerente com a concepção de Estado que orientou a atuação do governante. Em nome de valores políticos, ideológicos, religiosos e morais, os representantes do regime justificavam a proibição ou valorização de produtos culturais... A cultura foi entendida como sendo uma forma de política, e nessa perspectiva, cultura, política e propaganda se mesclaram (p .125).

Na Era Vargas, que ocorreu de 1930 a 1945, a cultura era percebida como base da política. Nesse período, tivemos algumas ações pontuais, como: o surgimento de cursos superiores; pela expansão das instituições culturais públicas e pelo surto editorial. Além da tentativa da criação de uma indústria cultural ligada à produção e à distribuição de livros, música, cinema e teatro, como informa Capelato (2003).

Capelato (2003) relata sobre as transformações culturais que ocorreram durante o período da Era Vargas, dividindo-as em três movimentos:

» Surgimento do mercado de livros, que tinha como intuito abarcar um novo segmento de consumidores, formado por setores urbanos das classes médias, trabalhadores e empregados dos setores privados que estavam crescendo com a industrialização e a urbanização. Esse movimento foi divulgado sem a relação com outras instituições sociais como Igreja e Partidos Políticos;

» O desenvolvimento do serviço público como um propagador da cultura, tendo início a partir daí o papel em patrocinar e organizar ações culturais;

» O aparecimento de criadores de projetos educativos, por meio do de tarefas intelectuais exercidas por professores e editores.

Capelato (2003) esclarece que os nomes de intelectuais brasileiros começam a despontar durante esse período como administradores culturais. Eles que exerciam cargos de direção em órgãos públicos ligados à cultura, como

é o caso do historiador Sérgio Buarque de Holanda, que dirigiu a Biblioteca Nacional, além de Lourival Fontes, que geriu o Departamento de Imprensa e Propaganda-DIP, Lúcio Costa, que dirigiu a Escola Nacional de Belas Artes e Villa-Lobos, que foi dirigente da Superintendência de Educação Musical e Artística.

As mudanças apontadas por Capelato (2003) foi a revolução radiofônica que ocorreu em 1931, pois até o início da década de 1930, tinha-se apenas 21 emissoras de rádio instaladas em todo o país, cuja programação consistia em música erudita, ópera e textos instrutivos. Em 1931, o Governo passou a utilizar o rádio como sendo de “interesse nacional e com a finalidade educativa”, sendo o seu funcionamento regulamentado e usado, por meio de grande relevância como forma de propagação nacional da música popular, especialmente o samba. No ano de 1932, foi aprovado o Decreto de veiculação de propaganda pelo rádio.

Outra ação de política de cultura foi a institucionalização, em 1933, do Carnaval, principalmente, o comemorado pelas classes baixas, que sofriam a repressão durante o período de festa e não possuíam licença para o desfile das Escolas de Samba. Em 1933, Getúlio Vargas modificou essa situação através do intervencionismo estatal e passou a promover a “alegria dirigida, que surgiu na cidade o carnaval oficializado.” (CAPELATO, 2003, 139).

Além da música, tivemos, na década de 1930, um maior apoio aos esportes, especialmente, o futebol, que já se instituía como um esporte de grande identificação por parte das classes menos favorecidas. É nesse período que temos a construção dos primeiros estádios. Eles começaram a ser feitos para abrigar os grandes clássicos e as grandes torcidas, principalmente no eixo Rio de Janeiro e São Paulo.

Calabre (2007) trata também a respeito das ações de políticas públicas de cultura ocorridas no Brasil, durante o governo de Getúlio Vargas, como é caso das medidas para institucionalização de um setor cultural no país. Nesse contexto, podemos citar também as criações, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN, do Instituto Nacional de Cinema Educativo-INCE e do Instituto Nacional do Livro- INL e, ainda, em 1938, tivemos a concepção do primeiro Conselho Nacional de Cultura.

Embora muitas dessas ações, ocorridas durante o governo de Getúlio Vargas, tenham sido medidas inovadoras e que atendiam uma demanda mais de acesso aos meios de promoção de cultura, como é caso do rádio e da impressão de livros, tais medidas aconteceram de forma desarticulada e não possuíam uma visão holística, sendo, assim, incapazes de medir as necessidades da sociedade no tempo e no espaço.

Porém, não havia ainda no país, nesse período de 1930, um efetivo planejamento com relação às diretrizes de uma política que atuasse fortemente nas áreas da educação, de cooperação internacional, do lazer, dos esportes, do turismo, do desenvolvimento regional, etc.

No período de 1945 a 1964, o desenvolvimento na área cultural se deu em maior parte no âmbito da iniciativa privada. No ano de 1953, o Ministério da Educação e Saúde foi desmembrado, surgindo os ministérios, a saber: o Ministério da Saúde e da Educação em conjunto com a da Cultura. (CALABRE, 2007, p. 03).

Na Ditadura Militar, as políticas culturais foram estabelecidas em três pautas: centralização no Conselho Federal de Cultura; criação de Políticas Públicas e de tombamento do patrimônio histórico. Em 1966, foi criado o Conselho Federal de Cultura- CFC. Tivemos ainda, nesse período, a abertura de rádios e, mais tarde, as concessões das primeiras empresas televisivas no Brasil (CALABRE, 2007, p.08).

Calabre (2007) ressalta a gestão do ministro Ney Braga, que atuou durante o governo Geisel (1974-1978), no momento de ativo fortalecimento da área da cultura, com a criação de órgãos estatais que passaram a atuar em novas áreas, tais como: o Conselho Nacional de Direito Autoral -CND, o Conselho Nacional de Cinema, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e a Fundação Nacional de Arte- FUNARTE.

Somente no ano de 1985, durante o governo do Presidente José Sarney, é que foi criado o Ministério da Cultura e os órgãos que compunham a Secretaria de Cultura. Em 1986, assume esse órgão como ministro o economista Celso Furtado.

A partir dos anos 1990, o Estado diminui o investimento na formulação de políticas públicas, bem como no financiamento da área cultural. Enquanto

isso, as Organizações Não Governamentais- ONGs começam a atuar nessa área mais fortemente no país. Calabre (2007) adverte que esse período foi de quase vinte anos e, o Estado acabou criando mais leis de incentivo, como foi a Lei Rouanet².

O governo do presidente Lula (2003 a 2010) foi marcado pela criação e incentivos às políticas sociais e, dentre elas, as políticas culturais, destacando-se a indicação do cantor Gilberto Gil como ministro, durante o período que foi de 2003 a 2008. O ministro acreditava que: “formular políticas culturais é fazer cultura” (GIL, 2003). Rubim (2008) comenta sobre as formulações de Gil em torno do tema:

O primeiro é a ampliação dos recursos destinados à cultura por meio da renúncia fiscal (de R\$345 milhões para R\$ 691 milhões em 2005) e do orçamento do ministério (289 milhões de reais em 2002 para 513 milhões em 2005), ainda que isto não tenha atendido à meta do ministro Gilberto Gil, de 1% para o orçamento nacional de cultura. (P.194).

Calabre (2007) informa que o Ministério da Cultura, durante a gestão Gilberto Gil, teve um papel fortíssimo no incentivo e na captação de verbas para a viabilização de projetos e, liberação de verbas para a criação de equipamento para que as políticas públicas de cultura pudessem ser efetivadas. Em seu mandato, ainda foram criadas as secretarias de Políticas Culturais, de Articulação Institucional, da Identidade e da Diversidade Cultural, de Programas e Projetos Culturais e de Fomento à Cultura. Todas essas criações foram antes discutidas entre a sociedade civil e o governo para se levar em conta as necessidades e os anseios da população.

Cuca Barra e as suas atribuições

As conjecturas políticas apresentadas nos despertaram o interesse em conhecer melhor como funciona um centro cultural e social, no caso o Cuca

2. Lei Rouanet, é conhecida por ser uma política de incentivos fiscais que pode ser usada empresas e pessoas físicas que desejam financiar projetos culturais. Ela institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura -Pronac, que é formado três mecanismos: o Fundo Nacional de Cultura -FNC, o Incentivo Fiscal (Mecenato) e o Fundo de Investimento Cultural e Artístico-FICART.

Barra, que é voltado para a juventude da periferia da cidade de Fortaleza, considerada, como a sétima cidade mais perigosa do mundo, segundo uma pesquisa internacional realizada pela Organização das Nações Unidas sobre a violência dos países³. Os investimentos na criação de centros como esse representa uma forma de diminuir os índices de vulnerabilidade e até marginalidade que a cidade possui. Esse aspecto será melhor explorado no próximo capítulo, em que trataremos sobre a relação da juventude com a cidade e as suas vulnerabilidades.

O Cuca Barra foi fundado em 2009 e, como já salientado, recebeu naquela ocasião o nome foi inspirado no Revolucionário e médico Ernesto Che Guevara (1928 – 1967). O equipamento está localizado a oeste do Centro da cidade e tem como objetivo, segundo informações obtidas em seu *blog*, “proporcionar uma vivência plena da condição juvenil”, por meio de cursos gratuitos, como: audiovisual, teatro, gastronomia, música, fotografia, circo, dança, comunicação e leitura, atendendo aos jovens de 15 a 29 anos, por meio de novos espaços e opções de desenvolvimento sociocultural e econômico. As atividades são patrocinadas pelo poder público e pela sociedade civil e estão voltadas especialmente, para a juventude.

Situado no bairro Barra do Ceará, que é uma das áreas mais tradicionais de Fortaleza, já que esse teria sido o local em que começou a colonização do Ceará. A Barra do Ceará se estende em uma larga faixa de litoral, onde se encontra a foz do rio Ceará, o local de encontro do rio com o mar. Atualmente, é o bairro com uma maior população de jovens de Fortaleza, como revela o censo (2010), e se configura como sendo um dos mais violentos da cidade.

O Cuca Barra surgiu de uma demanda do Orçamento Participativo para a criação de Plano Diretor para a cidade, e foi instalado no antigo prédio de Clube Regatas da cidade, contando, assim, com um cenário privilegiado, de frente para o rio Ceará, e uma ponte interliga Fortaleza ao município de Caucaia. O Cuca possui em sua infraestrutura cerca 14 mil m², incluindo piscina semiolímpica, pista de *skate*, anfiteatro com capacidade para 400 pessoas,

3. Estudo da ONU afirma que Fortaleza aparece como a 7ª cidade mais violenta do mundo e a 2ª do Brasil (2013). Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano>. Matéria do dia 11/04/2014.

ginásio poliesportivo, salas de multimídias, artes plásticas, laboratório de fotografia, espaço para exposições artísticas, estúdio de rádio, secretária, salas de aula, banheiros, cantina, guarita, além de um cinema, com capacidade para 60 pessoas, e teatro com capacidade para 150 pessoas, entre outros espaços.

No equipamento são ofertados cursos mensais, além de disponibilizar serviços, como: Visitas Guiadas para escolas e grupos com até 50 pessoas que queiram conhecer o Cuca e o Central de Ideias, que é um espaço constante de atendimento aos jovens interessados em desenvolver projetos e concorrer a editais, este funciona de terça à sexta, de 13h às 17h30. O Centro ainda disponibiliza atendimentos de Orientação à Saúde e Plantão Psicológico com atendimentos individuais no Plantão Psicológico de terça à sexta, de 8h às 20h, e atendimentos individuais e encaminhamentos para a rede socioassistencial e de saúde (jovem/familiares).

O Cuca possui também outro serviço, o Cuca Saudável, que ocorre com auxílio do Núcleo de Promoção de Saúde, destinado ao atendimento de saúde ginecológica de jovens mulheres, mães e também dos seus filhos, em parceria com o Centro de Saúde da Família Lineu Jucá. Esse projeto tem a finalidade de estimular o cuidado com a saúde e a criação de hábitos saudáveis com os jovens alunos.

O Cuca Barra é considerado um símbolo da administração petista da Prefeita Luizianne Lins, seguindo uma conexão para a criação de outros equipamentos similares em outras partes da cidade, respeitando as regionais administrativas da cidade. Em dezembro de 2012, foi inaugurado outro equipamento, no bairro Jangurussu, chamado de Cuca Luiz Gonzaga, que depois passou a ser chamado de Cuca Jangurussu, mas a sua inauguração foi mais uma obra “eleitoreira”, pois o Centro estava apenas com 55% da obra construída.

A atual gestão municipal do Prefeito Roberto Cláudio deu continuidade com a inauguração dos Cucas Mondubim e, novamente, do Cuca Jangurussu, agora realmente finalizado. Eles entraram em funcionamento em fevereiro de 2014 e, atualmente, os três Cucas funcionam em forma de rede.

A figura 1 mostra as placas de inauguração do Cuca Barra. Ela contém uma imagem do revolucionário Che Guevara, o qual foi o homenageado

dando nome ao Cuca e ao lado uma placa com a filosofia do Cuca e os nomes das pessoas que compuseram a equipe e planejaram a sua concepção, além do nome da prefeita da época e do ex- presidente Lula, que participou da festa de abertura do equipamento.

Na figura 2, podemos ver a biblioteca que é aberta à comunidade semanalmente de terça à sexta, das 8h às 20h, e aos sábados e domingos, de 8h às 18h. A biblioteca conta com um acervo de mais de 2 mil títulos em diversas áreas do conhecimento, e dispõe de computadores com acesso à internet e a audiolivros. O local conta ainda com mesas de estudo, que são disponibilizadas aos alunos.

Nesse espaço também ocorre à produção de mini-cursos e oficinas ligadas à produção de ciência não acadêmica, todas possuem cunho social, como a oficina de produção de quadrinhos com contação de história, debates literários, leituras, entre outras atividades.

No mês de outubro de 2014, aconteceram na biblioteca o encontro com o escritor Raymundo Netto, intitulado “Centro: coração malandro”; Oficinas Criativas com a criação de *origamis* poéticos, Cine Literatura e Hora da História; Bate Papo sobre jogos de *RPG4*, e outros. O “Pratique Cuca” são atividades lúdicas desenvolvidas no local, além do estímulo a competições e jogos de tabuleiro. Outra atividade que envolve a literatura dramatizada é a “Que Papo é esse?”. Ela versa sobre temas polêmicos entre os jovens e ainda há um encontro de Literatura e Filosofia com os usuários da biblioteca.

O Cuca Barra oferta em torno 775 vagas, distribuídas entre 13 cursos, duas oficinas e 16 modalidades esportivas, além das atividades artísticas, como: peças teatrais, exibição de filmes, rodas de capoeira, samba, apresentação de bandas musicais, entre outras.

No Cuca, também existe a preocupação com a acessibilidade dos usuários, daí a instalação de um elevador voltado para pessoas com deficiência ou impossibilidade física (figura 3)⁵.

4. RPG é a sigla da abreviação da expressão Role playing games, que quer dizer “jogos de interpretação de papéis”. Ele foi criado nos Estados Unidos, no início da década de 70.

5. As imagens estão em anexo, logo após as referências.

Considerações

Durante muitos anos, não se teve no Brasil uma política voltada para os jovens que atendessem os seus anseios e as necessidades, mesmo sendo eles uma parcela considerável da população brasileira. Assim, foi observado pelo o poder público, a urgência de se implementar políticas públicas voltadas para esse segmento da população, considerando ser obrigação do Estado brasileiro, de forma intransferível, cuidar, incentivar e promover a cultura em nosso país, de maneira democrática e como forma de inclusão cultural.

Postas essas questões, tivemos que fazer algumas correlações entre temas para entender como ocorreu o surgimento do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte—Cuca Barra, na cidade de Fortaleza, voltado para o segmento jovem e como o mesmo funciona, quais as suas atribuições, além de traçar um perfil de quem é o seu público, levando em conta classe, sexo, bairro de origem, entre outras questões.

Assim, podemos concluir que mesmo o Cuca Barra sendo um equipamento criado para atender os jovens carentes de Fortaleza, ele acaba também por chamar a atenção de jovens universitários ou de classe média que o procuram para desenvolver as atividades que lá são ofertadas.

Na nossa análise, destacamos que os jovens frequentadores do Cuca Barra são, em sua grande maioria, pessoas do sexo masculino, principalmente aquelas que se encontram na faixa etária de 15 a 22 anos, e que estão concluindo o ensino médio, diminuindo a participação nas faixas etárias acima de 23 anos. Ou seja, verifica-se uma diminuição no número de matriculados devido ao índice de jovens que morrem em acidentes ou estão ligados à marginalidade, ou ainda, os que têm que trabalhar, até porque, após essa idade muitos já estão inseridos no mercado de trabalho e, por isso, dispõem de pouco tempo livre para exercer alguma atividade cultural.

Observamos também que o Cuca Barra é e tenta se afirmar como um espaço democratizado, com várias práticas culturais, para um determinado segmento da população, que é a juventude, apesar de tentar abrir canais e meios de diálogos por meio de eventos, colóquios e reuniões com a comunidade de várias faixas-etárias da sociedade.

O Cuca é um espaço que tenta difundir a cultura em seu sentido mais amplo: o da emancipação humana. Isso pode ser evidenciado quando propõe os cines debates, com base nos ditos filmes de “arte” ou até nos mais modernos, realizados pela Indústria Cultural cinematográfica americana. Mas, o equipamento também tenta atender algumas necessidades do mercado, frente ao maior público de frequentadores, que são os jovens de baixa renda da periferia sobre da cidade, realizando também a oferta de cursos técnicos voltados para a capacitação e preparação para um emprego, sendo a oferta desses cursos um pedido da própria comunidade.

A partir do momento em se que cria um espaço de vivência, de sonhos, anseios e também de desejos e necessidades dos sujeitos, está se garantindo, de certa forma, uma melhoria na qualidade da vida urbana desses sujeitos e tentando, assim, “fugir” da lógica da mercadoria ou do consumismo doentio.

Ao proporcionar aos jovens de todas as classes sociais de uma cidade e seus arredores o acesso e a difusão de serviços de lazer, esporte, arte, ciência e cultura, sem que os usuários precisem pagar diretamente por isso, estamos tendo, de alguma forma, um avanço no que concerne a garantir o direito à cidade a essa população.

Compreendemos que o direito à cidade vai além da conquista de liberdades individuais, uma vez que é um direito de mudança coletiva e plural de transformação da cidade para todos, que só ocorre de forma grupal e por meio não apenas de ações, mas de mudança de postura, o que acaba também por mudar os processos de urbanização da sociedade e do espaço.

Assim, ao edificar e manter as nossas cidades, estamos atendendo as demandas e necessidades que são as mais importantes de nossa sociedade e que, muitas vezes, são esquecidas por parte dos governantes. Daí, o grande diferencial do Cuca Barra como um equipamento que faz parte em uma política pública de cultura voltada para a juventude, pois ele nasce de um pedido da população dentro das reuniões do Orçamento Participativo por ocasião da institucionalização do Plano Diretor Participativo da cidade de Fortaleza.

Todavia, observa-se uma “separação” não consciente dos frequentadores do Cuca Barra, pois os jovens com mais idade e com melhor poder aquisitivo

procuram mais os cursos de audiovisual como forma de complementação de sua formação, seja escolar, seja universitária. Já os jovens mais carentes têm uma procura maior pelos esportes, (principalmente os ofertados aos sábados e durante a semana, no período da tarde, pois caso não existisse o Cuca, eles não teriam recursos para praticarem esportes sofisticados, como: Pilates, Ginástica Rítmica e outros, que exigem dos participantes um poder aquisitivo maior para comprar os equipamentos necessários e/ou pagar por eles.

E, ainda muitos jovens vêem nos esportes a chance de mudar de vida e conseguir uma profissão mais rentável, tornando-se atleta profissional e assim mudança às condições socioeconômicas que vivem.

O Cuca Barra, hoje, atua dentro da chamada Rede Cuca que possui mais dois outros equipamentos, que são o Cuca Jangurussu e o Mondubim, ambos efetivados em 2014. O Cuca Barra possui em sua filosofia de constituição, que é uma preocupação de além de ofertar cursos, e esportes, também de promover eventos e oferecer à população oportunidade de debate e conhecimento sobre diversos temas ligados à juventude e à sociedade, como: gravidez na adolescência; intolerância racial; preconceito de gênero, sexual; o uso de drogas; consumo de álcool, doenças sexualmente transmissíveis; educação ambiental, dentre outros. Tal ação contribui para o desenvolvimento de uma cultura urbana consciente por parte tanto dos jovens, como da comunidade que vive próximo ao Cuca.

O Cuca Barra, como uma entidade pública, administrada pelo Instituto Cuca, para dar conta de suas demandas acaba por firmar parcerias com empresas privadas, postos de saúde e outros centros de formação profissional, como forma de dinamizar as suas áreas de atuação e, assim, atender da melhor forma possível às necessidades dos seus frequentadores.

Referências

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOTELHO, ISAURA. *Dimensões da cultura e políticas públicas*. São Paulo: Perspec. [online]. 2001, vol.15, n.2.

CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas*. Disponível em: <<http://www.gestaocultural.org.br/pdf/Lia%20-%20Pol%C3%ADticas%20Culturais%20no%20Brasil%20balan%C3%A7o%20e%20perspectivas.pdf>>. Acesso em 04 de abril 2014.

CAPELATO, Maria Helena. "O Estado Novo: O que trouxe de novo?" in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Organizadores. O Brasil Republicano – O Tempo do Nacional Estatismo do Início da Década de 1930 ao Apogeu do Estado Novo. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A Condição do Espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

IBGE, 2010. Censo Demográfico de 2010. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados referentes ao município de Fortaleza*. Disponível em:< <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/default.php?cod1=23&cod2=230440&cod3=23&frm=piramide>>. Acesso em 10 de dez 2011.

IPCE, *Instituto de Pesquisa do Ceará. Perfil de Juventude do Ceará em 2010*. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipeceinforme/lpece_Informe_57_22_abril_2013.pdf>. Acesso em. 10 de março 2014.

O Povo. *Fortaleza a Cidade mais violenta*. Disponível em <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/04/11/noticiasjornalcotidiano,3234699/pesquisa-reafirma-fortaleza-como-7-cidade-mais-violenta-do-mundo.shtml>>. Acesso 09/08/2014.

OLIVEIRA, Adão F. de; PIZZIO, Alex e FRANÇA, George. *Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas (Org)*. Disponível em:<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4_pol%C3%8Dticas-p%C3%9Abricas-educacionais.pdf>. Acesso em 06 out de 2013.

PRAÇA DE JUVENTUDE. Blog Sobre Juventude. Disponível em: <<http://pracadajuventude.wordpress.com/perguntas-e-respostas/>>. Acesso em 30 de março 2014.

PREFEITURA DE FORTALEZA. *Cuca Barra*. Disponível em:<<http://www.fortaleza.ce.gov.br/redeuca/agenda-cultural>>. Acesso em 03 de abril 2014

RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Políticas culturais do governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos*. Disponível em: <<https://www.ufba.br/sites/devtal.ufba.br/files/Conferencia%20Nacional%20de%20Cultura.pdf>>. Acesso 04 de abril 2014.

SIMIS, Anita. A Política Cultural como Política Pública. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AnitaSimis.pdf>>. Acesso em 04 abril de 2014.

Anexos

Figura 1: Imagem Placa de Inauguração do Cuca Barra (2009)



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Figura 2: Imagem da biblioteca do Cuca Barra



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Figura 3: Imagem do Elevador do Cuca Barra



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Recebido: 18/02/2016

Aceito: 02/03/2018